

Educação especial¹ na educação básica: análise de matrículas em um município paulista

Aline Dozzi Tezza Loureiro (UFSCar)
alineloureiro88@hotmail.com

Katia Regina Moreno Caiado (UFSCar)
katia@ufscar.br

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo somar estudos sobre a organização da educação especial em municípios brasileiros. Para tanto, efetuamos a análise do número de matrículas na educação básica de alunos com deficiências, em um município de pequeno porte do interior paulista. Realizamos um levantamento acerca das matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), tendo como base os indicadores educacionais analisados pelos microdados de Censo da Educação Básica, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação. Foram utilizados os dados referentes às matrículas entre os anos de 2007 a 2012. Esta pesquisa revelou que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, instituição privada de caráter filantrópico, permanece o *lócus* central de atendimento no município para os alunos com deficiência, passados 24 anos da Constituição Brasileira que anuncia atendimento preferencialmente na rede regular de ensino. Sobre o avanço quantitativo de matrículas de alunos com deficiências na rede regular de ensino municipal, a análise de dados revelou um convênio municipal em que a APAE abrigou 7 salas de aulas do município com professores municipais cedidos e sob administração da instituição, embora as matrículas do censo sejam lançadas na modalidade ensino regular, uma vez que as 7 salas de aula são contabilizadas como salas de uma escola municipal. Por fim,

¹ Educação especial é modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996).

deve-se reconhecer que, até o momento, apenas o acesso está sendo garantido, pois a evasão permanece constante e a defasagem idade série é muito grande.

Palavras-chave: Educação Especial. Município. Censo escolar.

ABSTRACT

This study aimed at presenting data on how special education is organized in different cities. We performed an analysis of enrollment in basic education by students with disabilities in a small town in the State of São Paulo. This survey was conducted regarding the enrollment of students with Special Educational Needs (NEE) and the educational indicators analyzed by the Brazilian Basic Education Census, provided by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP-Ministry of Education). We used data of enrollment from 2007 to 2012. It revealed that the Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a private philanthropic association, remains the central locus of caring for students with disabilities in the county. It is important to draw attention to the fact that the Brazilian Constitution announced that education should preferably be in the regular school system 24 years ago. Quantitative progress on the enrollment of students with disabilities in the regular school system at the county studied was found. However, in a complex basis, as the data analysis revealed an agreement between the city hall and the private philanthropic association. The latter hosted seven public classrooms whose teachers were county workers assigned by the city hall. The data presented in the census demonstrated regular education enrollment, as the seven classrooms were counted as belonging to the city's school system. Finally, it should be recognized that so far, only the access is guaranteed, because the dropout rates remain constant and the age range is very wide.

Keywords: Special Education. Municipality. School Census.

Desde a Constituição de 1988, a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, sendo que os sistemas municipais devem assegurar, prioritariamente, o ensino fundamental e a educação infantil a todas as crianças; e sendo o ensino fundamental gratuito e obrigatório. O estado tem o dever de garantir às pessoas com deficiência o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

A conquista desse direito constitucional foi o resultado de uma longa e organizada luta de pessoas com deficiência em nosso país (LANNA JUNIOR,

2010). Luta que desde então tem se acirrado na histórica arena entre o público e o privado na área da educação (SAVIANI, 2010).

A história da educação especial é marcada pelos serviços em instituições privadas, de caráter filantrópico (MAZZOTTA, 1994; JANNUZZI, 2004). Exemplo significativo é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) criada em 1954, atualmente, com mais de 2.000 unidades espalhadas pelo país (JANNUZZI, CAIADO, 2013). Com essa marca, de acordo com Kassar (1998), criou-se “uma tênue linha dos limites e dos papéis, entre os serviços de atendimento *público e privado*”.

A arena de luta pelas verbas públicas financiando o setor privado na área da educação especial tem inúmeros exemplos de acirramento nas últimas décadas. Dentre eles, em 2008, entrou em vigor o Decreto 6571 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, conquista constitucional de ser garantido preferencialmente na rede regular de ensino. Em 2011, após forte pressão de grupos com interesses privados, esse decreto é revogado pelo Decreto 7611 (BRASIL, 2011), que vai garantir

apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2011, artigo 5).

Diante desse quadro, o objetivo deste trabalho é somar estudos sobre como a educação especial se apresenta organizada em municípios brasileiros. O foco da análise é o número de matrículas na educação básica, de alunos com deficiências.

Lócus da pesquisa: o município de Porto Ferreira

Porto Ferreira, município do estado de São Paulo, tem 115 anos e está localizado a 225 km da capital e a 60 km de São Carlos. Conhecido como “A Capital da Cerâmica”, tem sua economia voltada para a indústria de cerâmicas e agricultura, principalmente o cultivo de cana de açúcar.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo demográfico de 2010 mostrou que a população residente no município era de 51.407 pessoas distribuídas em uma área territorial de 244.906 km². Na última década houve um aumento populacional de 7,35%, um pouco menor que as médias nacional (9,4%), estadual (7,8%) e regional (9,9%) (IBGE, 2012). Dentre os residentes no município, 25.506 (49,62%) são homens e 25.901 (50,38%) são mulheres; sendo 3.382 pessoas (6,58%) com deficiência².

Quanto à área residencial, 50.485 (98,21%) moram em áreas urbanas e apenas 922 (1,79%) moram em áreas rurais. Em relação ao saneamento³, o censo de 2010 apresenta que 97,1% da população ferreirense têm acesso a saneamento do tipo “adequado”, 2,5% “semiadequado” e 0,4% tem acesso a saneamento inadequado, sendo que esse último percentual refere-se a domicílios em áreas rurais (IBGE, 2011).

Observa-se que um total de 7.750 domicílios, ou seja, 49% da população vivem sem rendimento ou com até um salário mínimo e apenas 18% da população ferreirense (2.726 domicílios) vivem com mais de três salários mínimos. Ao cotejarmos esses dados com os dados do coeficiente de Gini⁴, observamos que o município apresenta este índice em 0,49, o que indica que aproximadamente 75% da população detêm 25% da renda (IBGE, 2012).

Procedimentos metodológicos

Neste estudo, realizamos um levantamento acerca das matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)⁵, tendo como

² Conforme o IBGE são pessoas que declararam total ou grande comprometimento físico, sensorial ou mental.

³ Saneamento: adequado - são domicílios que apresentam saneamento ligado à rede geral de esgoto ou fossa séptica, com água proveniente de rede geral de abastecimento e lixo coletado direta ou indiretamente pelos serviços de limpeza; inadequado - domicílios que não têm conexão com rede geral de abastecimento de água, esgotamento sanitário nem acesso à coleta de lixo (IBGE, 2010).

⁴ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem toda a renda e as demais nada têm) (IBGE, 2011).

⁵ Alunos com NEE são os que apresentam cegueira, baixa visão, surdez, surdo-cegueira, deficiência física, mental, auditiva e múltipla, superdotação, transtornos e Síndrome de Down (BRASIL, 2007, 2008).

Alunos com NEE são os que apresentam cegueira, baixa visão, surdez, surdo-cegueira, deficiência física, mental, auditiva e múltiplas, superdotação, autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (BRASIL, 2009, 2010 e 2011).

base os indicadores educacionais analisados pelos microdados de Censo da Educação Básica, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação. Foram utilizados os dados referentes às matrículas dos anos de 2007 a 2012. O ano de 2007 foi escolhido como o inicial por anteceder a divulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação (BRASIL, 2008). Esse ano também foi escolhido pois,

Em 2007, o formulário impresso do Censo Escolar foi transformado em um sistema de informações on-line, o Censo Web, que qualifica o processo de manipulação e tratamento das informações, permite atualização dos dados dentro do mesmo ano escolar, bem como possibilita o cruzamento com outros bancos de dados, tais como os das áreas de saúde, assistência e previdência social. Também são realizadas alterações que ampliam o universo da pesquisa, agregando informações individualizadas dos alunos, das turmas, dos professores e da escola. (MEC.SEESP, 2008, p. 6)

O ano 2012 foi delimitado como último, pois até o momento de finalização do estudo estes eram os dados mais atuais disponíveis do Censo Escolar da Educação Básica (BRASIL, 2012). Importante destacar a relevância do estudo de dados estatísticos referentes à educação básica no país, pois eles determinam o curso das políticas públicas:

Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). (BRASIL, 2009)

A análise dos microdados do censo foi realizada a partir dos seguintes

indicadores educacionais: Dependência Administrativa⁶, Modalidade de Ensino⁷, Etapa de Ensino⁸ e idade do aluno.

Embora o foco deste estudo seja a análise das matrículas divulgadas pelo Censo Escolar, a análise de dados de entrevistas com gestores públicos e de documentos sobre a educação especial no município foi fundamental para a compreensão de significados não revelados pelo Censo Escolar.

Análise dos dados estudados nesta pesquisa

Para compreender como estão distribuídas as matrículas dos alunos com deficiências em Porto Ferreira, torna-se importante compreender a relação dessas matrículas em âmbito nacional.

A tabela 1 apresenta os dados referentes ao número de matrículas gerais da Educação Básica e de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil, região sudeste, São Paulo e Porto Ferreira:

Tabela 1 - Número de matrículas gerais e de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica do Brasil, Sudeste, São Paulo e Porto Ferreira - 2007 a 2012

Ano	Brasil		Sudeste		São Paulo		Porto Ferreira	
	Ed. Básica	Matrícula NEE	Ed. Básica	Matrícula NEE	Ed. Básica	Matrícula NEE	Ed. Básica	Matrícula NEE
2007	53 028 928	654 606	20 652 814	293 363	10 651 119	156 443	12 517	212
2008	53 232 868	657 272	20 900 689	321 243	10 765 487	174 638	12 760	206
2009	52 580 452	604 884	20 617 965	310 772	10 637 167	186 014	12 629	209
2010	51 549 889	702 603	20 334 290	309 257	10 509 006	175 659	12 360	173
2011	50 972 619	752 305	18 114 505	409 497	9 513 537	210 263	12 137	231
2012	54 757 106	820 433	21 247 121	331 416	10 852 826	173 599	11 843	296

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

⁶ Dependências administrativas dividem-se em: públicas ou privadas. Públicas nas esferas: federal, estadual, municipal. Privadas: escolas particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópica (BRASIL, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

⁷ Modalidades de ensino são: ensino regular (escolas que oferecem educação infantil, ensino fundamental e médio e educação profissionalizante); educação especial (escolas que atendem *exclusivamente* alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ou classes especiais no ensino regular); educação de jovens e adultos (destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio em idade apropriada) (BRASIL, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012).

⁸ Entende-se por etapas de ensino as “categorias em que as modalidades são oferecidas” divididas em: educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental (atende alunos da 1ª à 8ª série e do 1º ao 9º ano), ensino médio (última etapa da educação básica), ensino profissionalizante (oferece cursos de educação profissional) e ensino de jovens e adultos (atende jovens e adultos que não concluíram o fundamental ou médio na idade correta) (BRASIL, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012).

A tabela acima mostra que o número de matrículas de alunos com NEE do ano de 2007 a 2011 sofreu uma diminuição quando analisadas as proporções relativas de cada região: queda de aproximadamente 3,9% das matrículas gerais, uma queda de 12,3% nas matrículas da região Sudeste, queda de 10,7% no estado de São Paulo e redução de 3% em Porto Ferreira. Por outro lado, em 2012 observamos um aumento do número de matrículas no Brasil, Sudeste e São Paulo na educação básica e um aumento de matrículas de alunos com NEE no Brasil e em Porto Ferreira. Importante ressaltar que estes dados apresentam oscilação ano a ano.

Ressaltamos que, devido às mudanças das categorias de NEE utilizadas pelo Inep nos anos estudados, optamos por, a partir de agora, utilizar as deficiências que se apresentam constantes em todo o período estudado, sendo: deficiência física (DF); deficiência visual (DV), que corresponde à soma das matrículas de alunos com baixa visão e cegueira; deficiência auditiva (DA), que corresponde à soma das matrículas de alunos com deficiência auditiva e surdez; deficiência mental (DM), sendo que em 2007 e 2008 corresponde à soma das matrículas de alunos com deficiência mental⁹ e síndrome de Down.

A seguir mostraremos como estavam distribuídas as matrículas totais de alunos com deficiências no município de Porto Ferreira dentro das modalidades de ensino, no período de 2007 a 2012.

Tabela 2 - Porto Ferreira: Matrículas totais na educação básica de alunos com deficiências pela modalidade de ensino - 2007 a 2012

Ano	Modalidade de Ensino		
	Ensino Regular	Educação Especial	EJA
2007	30	116	1
2008	29	106	2
2009	45	91	3
2010	43	144	3
2011	85	135	12
2012	86	158	18

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

⁹ Mantém-se a nomenclatura utilizada no banco de dados do INEP.

Podemos concluir que, durante todo o período estudado, a modalidade **educação especial** foi responsável, de maneira geral, pela maior porcentagem de matrículas dos alunos com deficiências. Sabendo que, no município de Porto Ferreira, não há classes especiais em escolas regulares desde 1999 e que a única escola exclusivamente especial é a APAE, então 60,3% dos alunos estavam, ainda em 2012, matriculados exclusivamente na instituição filantrópica.

E, tentando compreender como era o atendimento aos alunos com deficiências que estavam matriculados nas escolas municipais, obtivemos a seguinte resposta de uma pessoa vinculada à educação especial no departamento municipal de educação:

Os alunos com deficiências matriculados em escola municipal estavam em sete salas que funcionavam no prédio da APAE, mas esses alunos estavam cadastrados na EMEF Sud Mennucci, porque as salas estavam vinculadas a essa escola. O município fez um convênio com a APAE para concessão de espaço físico e cedeu as professoras do município. Elas atuavam na APAE, sob a direção da instituição. Ou seja, os alunos continuaram a ser atendidos em classes exclusivamente especiais, mas agora essas classes funcionam dentro da APAE com recurso financeiro da prefeitura, pelo FUNDEF. Mas depois a APAE preferiu ter o dinheiro e as professoras voltaram para a escola e trabalham em salas de recursos multifuncionais, que nós chamamos de atendimento educacional especializado (P11).

Ou seja, pela entrevista soubemos que os dados que aparecem na Tabela 2 referentes às matrículas de alunos com deficiências, na modalidade ensino regular, e que poderiam ser interpretados como alunos com deficiência matriculados em salas regulares de uma escola regular devem ser reinterpretados. Porque, na verdade, são matrículas cadastradas em uma escola de ensino fundamental municipal, porém, os alunos na realidade frequentam as aulas em salas alugadas dentro da APAE, com professoras cedidas pelo município, sob a direção da instituição. A partir de 2011, com o início do funcionamento das salas de recurso no município, os professores que eram concursados e estavam cedidos à APAE foram realocados nas escolas muni-

cipais. Porém, os alunos que estavam matriculados na instituição não foram deslocados para a escola regular, continuaram frequentando a instituição.

Para complementar os dados da tabela anterior apresentaremos os dados de matrículas de alunos com deficiências na cidade de Porto Ferreira, enfatizando cada deficiência separadamente, as modalidades de ensino e as dependências administrativas das escolas.

Tabela 3 - Número de matrículas de alunos em Porto Ferreira por tipo de deficiência, dependência administrativa e modalidade de ensino - 2007 a 2012

Ano	Dependência Administrativa	Ensino Regular				Educação Especial				EJA			
		Tipo de Deficiência				Tipo de Deficiência				Tipo de Deficiência			
		DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
2007	Estadual	4	6	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Municipal	4	2	1	10	1	3	0	75	0	0	0	0
	Privada	0	0	0	1	1	6	2	28	0	0	0	0
2008	Estadual	3	4	2	1	0	0	0	0	0	1	0	0
	Municipal	3	2	1	10	1	2	0	70	0	0	0	1
	Privada	1	0	0	2	1	3	1	28	0	0	0	0
2009	Estadual	3	5	2	2	0	0	0	0	0	1	0	0
	Municipal	5	2	3	17	1	0	0	61	0	0	0	2
	Privada	1	0	0	5	0	3	1	25	0	0	0	0
2010	Estadual	2	4	4	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Municipal	5	3	5	16	2	0	1	51	0	0	0	2
	Privada	1	0	0	3	1	6	25	58	0	0	0	0
2011	Estadual	4	5	7	3	0	0	0	0	0	0	0	1
	Municipal	4	6	5	46	0	0	0	0	1	1	0	9
	Privada	1	0	0	4	1	6	22	106	0	0	0	0
2012	Estadual	3	5	5	5	0	0	0	0	1	0	0	4
	Municipal	4	7	6	44	0	5	0	0	1	1	0	11
	Privada	1	0	2	4	2	3	37	111	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Ao analisar os dados de matrículas da tabela acima, observamos que há, em todos os anos estudados, matrículas na modalidade Educação especial - escolas municipais. Ressaltamos que de acordo com o censo estes alunos estão matriculados em escolas regulares, entretanto isso não se faz

na prática. Como já explicado anteriormente, houve, até a chegada das SRM (2012), um convênio entre o departamento municipal de educação com a APAE: os professores concursados eram cedidos pelo município para a APAE. Estes alunos eram escolarizados dentro da instituição, mas tinham sua matrícula efetuada na escola regular municipal.

É preciso realçar também que a APAE de Porto Ferreira, de acordo com os dados, atende não somente a alunos com deficiência mental, mas também alunos com deficiências físicas, auditivas e visuais.

Iniciando pelas matrículas de alunos com **deficiência auditiva**, observa-se que até o ano de 2010 a maior porcentagem de matrículas no **ensino regular** encontrava-se nas escolas *estaduais*. Porém, em 2011 e 2012, as escolas *municipais* detêm o maior número de matrículas de alunos com deficiência auditiva. A rede *privada* mantém, de 2008 a 2011, uma única matrícula. Quanto à modalidade **especial** de ensino, observa-se que nos anos de 2007 e 2008 havia matrículas de alunos com DA nas esferas municipais e, a partir de 2009, há apenas matrículas nas escolas *privadas*.

Apenas uma matrícula foi observada na **EJA** em todo o período estudado, entretanto, essa matrícula, que anteriormente era efetuada na esfera *estadual*, passa em 2011 e 2012 a ser *municipal*.

Os dados de matrículas de alunos com **deficiência visual**, na **modalidade regular de ensino**, mostram um aumento no número de matrículas de 2007 para 2011, partindo de quatro para nove alunos.

Na rede *estadual e municipal* de ensino houve pouca alteração no número de matrículas nos anos estudados e na dependência administrativa *privada* observa-se uma única matrícula nos anos de 2008 a 2012.

Deste mesmo modo, em relação à modalidade **educação especial**, nota-se que os números mantêm-se distribuídos igualmente entre as dependências *municipal e privada*. Já em 2009, uma única matrícula é realizada nesta modalidade e na dependência administrativa *municipal*. Em 2010 houve duas matrículas de alunos com deficiência visual em escolas *municipais* e apenas um nas escolas *privadas*. Por fim, nos anos de 2011 e 2012 há apenas uma e duas, respectivamente, matrículas de alunos com deficiência visual na modalidade especial, que se encontravam nas escolas *privadas*.

As matrículas dos alunos com deficiência física no **ensino regular** mostraram que em 2007 e 2008 a maioria encontrava-se em escolas *estaduais*, passando em 2009 e 2010 a apresentar sua maioria nas escolas *municipais*, sendo que em 2011 voltaram a ser em escolas *estaduais*.

Quanto à modalidade **educação especial**, apenas no ano de 2010 houve matrícula na esfera *municipal*, sendo apenas uma. As escolas *privadas* foram responsáveis por todas as matrículas dos alunos com deficiência física nos anos de 2007 a 2009 e 2011, sendo que, no ano de 2010, houve um aumento significativo de matrículas: passando de uma para 25 matrículas.

Observa-se também que não há matrículas de alunos com deficiência física no EJA.

As escolas *municipais* detiveram maior número de matrículas de alunos com **deficiência mental** do ensino regular. Quanto à modalidade **educação especial**, tínhamos em 2007 e 2008 o maior número de matrículas também nas escolas municipais; entretanto, a partir de 2010, a maior porcentagem de matrículas começa a aparecer nas escolas *privadas*, sendo que, em 2011 e 2012, essa última dependência se tornou responsável por todas as matrículas da educação especial. Em relação à EJA, houve, em 2011, um aumento de duas para nove matrículas nessa modalidade, e no ano de 2012 houve aumento de mais cinco matrículas, sendo que estas se encontravam principalmente nas escolas *municipais*.

Por fim, em relação à dependência administrativa os achados neste estudo se contrapõem aos resultados do estudo de Prieto (2001), o qual revela:

A municipalização do ensino fundamental, principalmente após 1995, é o eixo central da política educacional brasileira. Nessa direção, a Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) vem defendendo que o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser assumido pelas prefeituras, que deverão investir para que suas escolas contemplem a diversidade humana, inclusive organizando recursos educacionais especiais que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento de toda a demanda escolar que depende dessa educação especial (PRIETO, 2001, p. 01).

A autora aponta ainda que os dados oficiais, divulgados pelo Ministério da Educação, que retratam a expansão das matrículas na educação especial por dependência administrativa entre 1988 e 1998, mostram que o maior aumento percentual de atendimentos educacionais de alunos com deficiência deu-se na esfera municipal. No entanto, no município estudado as

matrículas aumentaram na esfera privada. A partir dos dados oficiais podemos confirmar que os alunos com deficiências, em sua maioria, sempre foram e permanecem frequentando e sendo atendidos pela APAE.

Iniciaremos agora o estudo acerca das etapas de ensino x idade dos alunos com deficiências matriculados nas escolas regulares e na escolar privada filantrópica do município (Tabela 4 e Tabela 5, respectivamente).

Tabela 4 - Porto Ferreira. Número de Matrículas de alunos com DA, DV, DF e DM, pela idade e etapa de ensino na modalidade Ensino Regular – 2012

Deficiência	Idade	Etapa de ensino												Enseino Profissionalizante				
		Creche	Pré-escola	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	1º Ensino Médio		2º Ensino Médio	3º Ensino Médio		
Auditiva	7 a 9	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10 a 12	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	13 a 15	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	16 a 18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	19 a 21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Visual	25 a 27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0 a 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	4 a 6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7 a 9	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10 a 12	-	-	-	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Física	13 a 15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
	16 a 18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	19 a 21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	22 a 24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	25 a 28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Mental	0 a 3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	4 a 6	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7 a 9	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10 a 12	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	13 a 15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Mental	16 a 18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
	0 a 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	4 a 6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7 a 9	-	-	-	4	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10 a 12	-	-	-	2	9	5	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mental	13 a 15	-	-	-	1	3	8	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	16 a 18	-	-	-	-	-	1	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1
	19 a 21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, tendo como base os dados do Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2011.

Tabela 5 - Porto Ferreira: Número de Matrículas de alunos com DA, DV, DF e DM, pela idade e etapa de ensino na modalidade Educação Especial - 2012

Deficiência	Idade	Educação Especial							
		Creche	Pré-escola	1º Ano	2º ano	3º ano	4º ano	EJA - Anos iniciais	EJA - Anos finais
Auditiva	0 a 3	-	-	-	-	-	-	-	-
	4 a 6	1	-	-	-	-	-	-	-
	7 a 9	-	-	-	3	-	-	-	-
	10 a 12	-	-	-	1	1	-	-	-
	13 a 15	-	-	-	1	-	-	-	-
	19 a 21	-	-	-	-	-	-	-	-
	35	-	-	-	-	-	-	-	1
Visual	3	1	-	-	-	-	-	-	-
	18	-	-	-	-	-	-	1	-
Física	3	1	-	-	-	-	-	-	-
	4 a 6	-	2	-	-	-	-	-	-
	7 a 9	-	2	3	2	-	-	-	-
	10 a 12	-	-	2	-	-	-	-	-
	16 a 18	-	-	4	1	-	-	-	-
	19 a 21	-	-	1	-	1	-	-	-
	22 a 25	-	-	-	-	3	-	-	-
	29	-	-	-	-	2	-	-	-
Mental	0 a 3	4	-	-	-	-	-	-	-
	4 a 6	-	4	-	-	-	-	-	-
	7 a 9	-	4	5	7	1	3	-	-
	10 a 12	-	-	2	9	9	-	-	-
	13 a 15	-	-	-	3	2	5	5	-
	16 a 18	-	-	-	1	-	4	7	-
	19 a 21	-	-	-	-	-	4	2	-
	22 a 25	-	-	-	-	-	7	5	3
	26 a 30	-	-	-	-	-	3	2	1
	31 a 35	-	-	-	-	-	2	-	3
	36 a 40	-	-	-	-	-	-	-	2
42	-	-	-	-	-	-	-	1	

No município de Porto Ferreira também não existem matrículas de alunos na educação especial no ensino fundamental - ciclo II, ensino médio, ensino profissionalizante e educação de jovens e adultos tanto em 2007 quanto em 2011. Enfim, os dados referentes à Educação Especial, ou seja, matriculados na APAE, nos mostram alunos com até 18 anos na pré-escola e com até 40 anos no 4º ano do ensino fundamental. Isso nos faz refletir, novamente, sobre o conceito de escola desta instituição.

Na etapa educação infantil aparecem matrículas no ano de 2011, sendo no total 43 (41 alunos com deficiência mental e 02 alunos com deficiência auditiva). Já no ensino fundamental - ciclo I, em 2007 há 116 matrículas: 105 alunos com deficiência mental, 02 alunos com deficiência física e 09 alunos com deficiência auditiva. Em 2011 são 45 matrículas, sendo 42 alunos com deficiência mental e 03 alunos com deficiência auditiva. Percebe-se que nesta etapa há uma expressiva diminuição das matrículas de 2007 a 2011.

Como é possível observar, a deficiência de maior incidência de matrículas é a deficiência mental, ainda que em 2012 observe-se uma queda no número dessas matrículas. Esse resultado apareceu também em estudos realizados em anos anteriores com base nos dados do Censo Escolar, conforme Meletti e Bueno (2011).

Em estudo sobre a educação especial em escolas do campo, Caiado e Gonçalves (2013) também encontraram essa predominância de matrículas de alunos com deficiência mental - realidade encontrada nas escolas da cidade e do campo de todo o país, e alertam:

Não se pode desconsiderar os processos de patologização do fracasso escolar dos alunos cadastrados com deficiência mental, além de a medicalização do ensino, as justificativas do não aprender centradas apenas no aluno, a precariedade dos processos de avaliação, de diagnóstico e de encaminhamentos pedagógicos (ANACHE, 1997; MOYSES; COLLARES, 1997; PATTO, 2001). Essa é mais uma tensa questão na escola e na área da educação especial. No entanto, não se podem aceitar esses índices sem um questionamento crítico sobre a naturalização do não aprender e sobre os processos de estigmatização presentes no espaço escolar (2013, p. 184).

Além disso, com base nas análises realizadas, é possível concluir que há uma grande concentração de matrículas de alunos com deficiência na

etapa do ensino fundamental - ciclo I, tanto nas instituições exclusivamente especiais como no ensino regular. Em contrapartida, há uma vasta evasão na etapa do ensino infantil, cuja importância ainda é negligenciada, e nas etapas posteriores, evidenciando que estes não conseguem avançar da etapa considerada obrigatória.

Algumas considerações

[...] é no contexto da educação geral que devem estar presentes os princípios e as propostas que definem a política de educação especial (MAZZOTA, 1996, p. 201).

Neste trabalho objetivamos compreender a organização e o funcionamento da Educação Especial no município de Porto Ferreira, a partir dos dados oficiais disponibilizados pelo Inep.

Os resultados da análise revelaram a APAE como a principal proposta de atendimento aos alunos com deficiência no município. Enquanto instituição privada de caráter filantrópico, perpetua a longa história do assistencialismo e caridade às pessoas com deficiência em nosso país.

A prática de convênios públicos que financiam associações privadas permite a “desresponsabilização” do Estado pela educação pública em escolas regulares para os alunos com deficiência, o que levou a instituição filantrópica a ganhar força política e social no município estudado. De acordo com Jannuzzi (1998, p.185), “há assim uma parcial simbiose entre o público e o privado, que permite ao segundo exercer influência na determinação da política pública na área”. Neste ponto é preciso enfatizar a manutenção de um sistema segregado de atendimento aos alunos com deficiências, no qual o Estado viabiliza financiamento para a instituição deixando de investir na educação pública.

Pensando nisso, devemos levar em conta que o ensino implementado pelas instituições, pautado em uma perspectiva médica de educação, não tem o compromisso de instrumentalizar o aluno ao que Saviani (2008) chama de “saber sistematizado”:

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos

desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. [...] Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é a **cultura letrada** (idem, p. 15, grifo nosso).

Quanto às matrículas, percebe-se que há um avanço do quantitativo de alunos com deficiências na rede regular de ensino. Algumas mudanças começam a ser observadas em 2011, com a chegada das Salas de Recursos Multifuncionais; a partir da Política Nacional de Educação Inclusiva e do Decreto nº 6571/2008, apontam que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Deve-se reconhecer que, até o momento, apenas o acesso está sendo garantido, pois a evasão permanece constante e a defasagem idade série é muito grande.

Cabe destacar que o objetivo desta pesquisa não era o de fazer uma análise detalhada que discutisse a totalidade dos elementos implicados nas políticas públicas de educação no município de Porto Ferreira. Mas, sim, o de fornecer subsídios à discussão dessas políticas como uma forma de contribuir para a construção da qualidade de ensino no município. Espera-se que os resultados deste estudo tragam contribuições para a escolarização não somente dos alunos com deficiências, mas para o planejamento de novas ações destinadas à escolarização de todos os educandos, partindo do pressuposto que cabe à educação parcela importante na formação humana e na conquista da cidadania.

Por fim, acredita-se que seja importante que a Secretaria de Educação e o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiências assumam um compromisso com a educação escolar que contemple todas as pessoas com deficiência no município. Os dados analisados nesta pesquisa revelam a ausência deste projeto.

Referências

ANACHE, A. A. **Diagnóstico ou Inquisição: Estudo sobre o uso do diagnóstico Psicológico na Escola.** Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 7 abr. 2013.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. **Decreto nº 7611**, de 17 novembro de 2011a. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar da Educação Básica - 2007**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar da Educação Básica - 2008**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar da Educação Básica - 2009**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar da Educação Básica - 2010**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar da Educação Básica - 2011**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar da Educação Básica - 2012**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 3 jul. 2012.

CAIADO, K.R.M.; GONÇALVES, T.G. G.L. Educação Especial em escolas do campo: análise de um município do estado de São Paulo. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 50 (especial), 2013. Disponível em <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr>. Acesso em: 27 out. 2013.

IBGE. SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

JANNUZZI, G. M.; JANNUZZI, N. **Incidência de deficientes no Brasil segundo censo demográfico de 1991: resultados empíricos e implicações para políticas**. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. 1998. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais> Acesso em: 03 fev. 2013.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JANNUZZI, G. M. CAIADO, K. R. M. **APAE: 1954 a 2011: algumas reflexões**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013

KASSAR, M. C. M. Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações. **Caderno CEDES** 46. Campinas, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Ano XIX, set, 1998. p. 16-28.

LANNA JÚNIOR, M.C.M. (comp.) **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Políticas de Educação Especial: da assistência aos deficientes à educação escolar**. Tese - Livre Docência. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELETTI, S. M. F. BUENO, J. G. S. **O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiências: uma análise dos indicadores sociais no Brasil**. Linhas Críticas, Brasília, DF. V. 17, n. 33, p. 367-383, maio/ago. 2011. Disponível em < <http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas>. Acesso em: 25 out. 2013.

MOYSES, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Inteligência Abstraída, Crianças Silenciadas: as Avaliações de Inteligência. **Psicologia USP**, v. 8, p. 63, 1997.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

PRIETO, R.G. **Política Educacional do Município de São Paulo: estudos sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, no período de 1986 a 1996**. São Paulo, Faculdade de Educação de São Paulo, 2000. (Tese de Doutorado)

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. In: SAVIANI, D. (org.) **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.